



RECUPERAÇÃO FLORESTAL: um olhar social

FUNDAÇÃO FLORESTAL • SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

SÃO PAULO • 2008



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(CETESB - Biblioteca, SP, Brasil)

S242r São Paulo (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.

Recuperação florestal : um olhar social/ Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo ; coordenadora responsável Claudette Marta Hahn ; Cleide de Oliveira ... [et al.] . - São Paulo : SMA, 2008.

128 p. : fotos ; 21 x 28 cm.

ISBN

1. Florestas - conservação - São Paulo (Est.) 2. Florestas - recuperação - São Paulo (Est.) 3. Política ambiental 4. Reflorestamento - projeto 5. Silvicultura - planejamento I. Hahn, Claudette Marta, ed. II. Título.

CDD (21ed. Esp.) 634.956 816 1
CDU (ed. 99 port.) 630*23.001.63 (815.6)

Margot Terada - CRB 8.4422

Impressos 2.000 exemplares na primavera de 2008 - Ano do centenário da Imigração Japonesa no Brasil

OS MÉTODOS PARTICIPATIVOS: DO POPULISMO AO PÓS-POPULISMO



Julia S. Guivant¹

INTRODUÇÃO

Não há dúvida que os métodos participativos cada vez mais são assumidos como vitais para projetos envolvendo propostas de desenvolvimento sustentável. Mas não só. Atualmente se fala de participação como recurso para processos decisórios envolvendo diversos tipos de políticas públicas. Parece ter se estabelecido um senso comum sobre a necessidade da participação, como garantia de legitimidade e sucesso de programas, planos, políticas, etc. Mas de que tipo de participação está se falando? Seu uso cotidiano envolve uma banalização do conceito.

A utilização, cada vez mais, de métodos participativos associados aos projetos de sustentabilidade visam garantir um ativo envolvimento das populações alvo no desenho e na implementação de atividades definidas para melhorar o bem-estar dessas pessoas. Procura-se com isso permitir o “empoderamento” dessa população por meio de sua participação. Esse é um elemento chave dos projetos, combinado com um claro conhecimento dos limites ambientais e dos requisitos para atingir a satisfação das necessidades básicas.

O objetivo deste artigo é abrir a caixa-preta dos métodos participativos, visando identificar duas correntes importantes na trajetória desses métodos: uma é a populista e a outra a pós-populista. Antes disso, porém passaremos por uma breve análise das relações entre métodos participativos e sustentabilidade.

¹ Prof. Dra Depto de Sociologia e Ciência Política - Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis SC
juguivant@uol.com.br
www.nisra.ufsc.br

Os métodos participativos: do populismo ao pós-populismo

O conceito complexo de agricultura sustentável remete fundamentalmente a uma agricultura produtiva, equilibrada ambientalmente e capaz de preservar o tecido social das comunidades rurais. Refere-se também tanto a persistência e a capacidade de algo continuar por um longo tempo quanto à habilidade de adaptação frente a dificuldades inesperadas. Em relação ao meio ambiente, envolve a idéia de não contaminar ou degradar os recursos naturais. Um ponto central e chave para garantir a sustentabilidade é a aplicação de métodos participativos.

Por intermédio desses métodos participativos podem ser reforçados aspectos vitais das comunidades, que permitam a sustentabilidade das práticas. Entre tais aspectos podemos mencionar:

1. Capital natural: bens e serviços naturais, como alimentos, regulação e abastecimento de água, tratamento de dejetos, fixação de nitrogênio, recreação e lazer, etc.
2. Capital social: coesão das pessoas nas suas sociedades, que envolve relações de confiança, reciprocidade e troca entre indivíduos, que permite fortalecer redes e grupos locais, que pode ter um caráter informal e ser entre indivíduos e organizações.
3. Capital humano: condições da população rural no que se refere a educação, nutrição, capacidades e conhecimentos dos indivíduos, acesso a serviços como escolas, assistência médica, treinamento de adultos e também as formas de interação entre os indivíduos, seus conhecimentos e as tecnologias produtivas.
4. Capital físico: infraestrutura local, como habitação, estradas, pontes, fontes de energia, comunicação, mercados, etc.
5. Capital econômico: dinheiro e poupanças, acesso a créditos, aposentadorias, subsídios, etc.

Se esses aspectos forem reforçados por meio dos métodos participativos pode-se contar com a expansão das melhorias na qualidade de vida da população e com uma nova dinâmica econômica nos municípios em vista da revitalização da agricultura.

Numa discussão sobre sustentabilidade é importante esclarecer o que será sustentado, por quanto tempo, para benefício de quem e qual o custo. As definições sobre sustentabilidade são específicas para o tempo e o local, dado que as condições mudam e, desta forma, também muda o conceito atribuído a sustentabilidade. Essa não implica um simples pacote ou modelo a ser imposto, porque se trata fundamentalmente de "*um processo de aprendizagem*".

Assim como a sustentabilidade pode ser entendida como parte de um processo de aprendizagem constante, contra perspectivas deterministas e esquemáticas que procuram condensar definições numa soma de condições, também a participação não se reduz a receitas prontas. Mas esta ênfase na aprendizagem e na abertura dos critérios não significa

cair numa opção caótica, sem critérios orientadores, mas sim considerar que os critérios são fundamentalmente atitudinais e cognitivos.

A PERSPECTIVA POPULISTA DOS MÉTODOS PARTICIPATIVOS

O livro de Robert Chambers, "Rural Development. Putting the last first", de 1983, tornou-se um marco na redefinição da agenda do desenvolvimento rural ao sistematizar uma série de métodos de trabalho com agricultores, já difundidos desde a década de 70. Os agricultores criticavam, em diferentes graus, os técnicos que orientaram a transferência de tecnologia agrícola durante a fase inicial da Revolução Verde, porque ignoraram as necessidades, demandas e conhecimentos dos agricultores pobres dos países do Terceiro Mundo. Esses setores, - agricultores pobres do Terceiro Mundo -, deveriam assumir um papel central, não só como receptores de tecnologias e de programas de desenvolvimento, mas como atores fundamentais, com poderes de definir estratégias e escolher soluções para os problemas, os quais considerassem mais importantes. Essa perspectiva tem sido identificada como uma versão do populismo agrário, por causa da priorização dos camponeses - sejam analfabetos ou não, homens ou mulheres, adultos ou crianças (BEBBINGTON, 1994; SCOONES e THOMPSON, 1994). O conhecimento popular, como o denomina Chambers, deve ser respeitado por técnicos, cientistas e funcionários governamentais, porque envolve um rico universo de habilidades analíticas, como as de experimentar, adaptar e inovar tecnologias, e um conjunto de conhecimentos tradicionais, em muitos casos mais adequados a suas realidades que os dos profissionais (CHAMBERS, 1997). Desta maneira, com o enfoque redefinido, assumindo-se que o método não é meio, mas eixo central no desenvolvimento rural, visa-se gerar, testar e disseminar tecnologias, transformar as direções e estruturas da pesquisa agrícola e desenvolver as capacidades locais das comunidades rurais. (OKALI, SUMBERG e FARRINGTON, 1994).

A aceitação desta abordagem participativa foi rápida e seu uso passou a ser generalizado entre ONGs, organizações governamentais, institutos de pesquisa, universidades, tanto nos países do Norte como do Sul, estendendo-se da área rural à urbana. Ao longo destes últimos anos, o termo "participação popular" passou a ser parte da linguagem normal dos discursos de diferentes agentes de desenvolvimento, quase uma moda.

Chambers, apesar de, particularmente, reconhecer diferenças entre camponeses e seus modos de experimentar e apreender, não estabelece uma clara distinção conceitual de valores: entre o valor que é atribuído aos atores, quando invertidas as posições, os "últimos" tornam-se os "primeiros" -, e o valor relacionado com a forma de análise de conhecimentos desses atores. Tende a predominar uma interpretação acrítica dos mesmos, enquanto a análise crítica é dirigida com exclusividade ao conhecimento científico, avaliado como inferior frente ao popular. Trabalha-se assim com uma oposição, fundamentalmente de caráter valorativo, que se acredita fácil de ser estabelecida com clareza, entre

ambas as formas de conhecimento. Desse modo, cada tipo de conhecimento se define a partir do contraste no referente a suas metodologias: o popular é menos sistemático, subjetivo e local, enquanto o científico é mais sistemático, objetivo e universal. Com esta oposição reproduz-se, de forma invertida, a que era originalmente tão criticado.

Como menciona Bebbington (1994: p. 209), neste voluntarismo atribuído aos agentes de desenvolvimento não se cogita a possibilidade das práticas sociais dos camponeses serem influenciadas por uma multiformidade de condições e que tais práticas, por sua vez, podem ter conseqüências impremeditadas. As condições para implementar a estratégia de colocar "os camponeses primeiro" são muito mais complexas do que Chambers (1997) chega a reconhecer.

A PROPOSTA PÓS-POPULISTA

Junto com a contribuição de ter aberto um campo de legitimidade dos objetivos, interesses e conhecimentos dos atores locais, a abordagem participativa tem limitações especialmente de caráter analítico, que levam a uma restrita compreensão das complexas forças sociais e políticas em ação, de formas mais ou menos implícitas, nas relações entre agricultores e agentes de desenvolvimento (GUIVANT, 1998). Como pode ser promovido o desenvolvimento desde "baixo", por meio dos métodos participativos implementados por peritos esclarecidos, os novos profissionais? Segundo Long e Villareal (1994: p. 50-51), mesmo reconhecendo a necessidade de considerar-se seriamente as perspectivas dos agricultores, paradoxalmente continua-se reproduzindo o caráter intervencionista e de gestão dos recursos dos discursos convencionais do desenvolvimento rural. Isto é, a imagem transmitida na proposta participativa é a de agentes de desenvolvimento externos, com poder, que a passaram a agricultores despossuídos do mesmo poder até o início da intervenção. Entretanto, o poder tem uma natureza multifacetada, fenômeno inerente às relações entre agentes de desenvolvimento e seus parceiros locais em projetos participativos, que são altamente complexos, como todos os processos sociais.

As relações de poder não podem ser explicadas de forma dicotômica, segundo o modelo de soma-zero. Assim como o conhecimento, o poder não é meramente uma mercadoria, a ser possuída, acumulada e imposta de forma não problemática aos outros, ou superada simplesmente por atos de boa vontade dos atores envolvidos na aplicação das estratégias participativas. Dessa maneira, as análises sobre as relações de poder não deveriam restringir-se à compreensão de como as limitações sociais e os acessos aos recursos dão forma às práticas sociais, pressupondo um conceito de poder definido pela negação. Como ainda afirmam Long e Villareal (1994: p. 50), no cotidiano das práticas de desenvolvimento se configuram redes sociais para coletar informações, formar opiniões, legitimar pontos de vista, que continua e inevitavelmente implicam redefinições das relações de poder. Portanto, não se concebe um estágio de desenvolvimento social no

qual a questão do poder possa ser excluída como um dos eixos constitutivos das práticas sociais.

A perspectiva denominada "centrada nos atores" pode contribuir significativamente para analisar as heterogeneidades do conhecimento local. Essa perspectiva combina um marco teórico sociológico amplo com pesquisas empíricas, sobretudo de caráter etnográfico, realizadas em países da América Latina, América Central e Europa. Um dos focos centrais é o estudo dos diversos aspectos da chamada "a vida social" do desenvolvimento rural e dos processos cognitivos nela envolvidos. Por intermédio da desconstrução dos processos de intervenção (tanto governamental como não-governamental) e dos discursos que os legitimam, expõe-se como tais processos são socialmente construídos e negociados, não sendo meramente uma aplicação linear e controlada de um determinado projeto que gerará resultados previsíveis.

Um conceito central nestas análises é o de agência, bastante próximo do formulado pelo sociólogo inglês Giddens (1989), que remete à capacidade de um ator individual ou coletivo processar experiências sociais, dentro de determinados limites de informação, incertezas e outras restrições objetivas. Para efetivar-se, a agência requer também capacidade organizativa ou estratégica, a qual possibilita aos atores exercer influências dentro de redes de relações sociais, de forma a vencer conflitos sobre a atribuição de significados sociais específicos a eventos, ações e idéias particulares. Levando este conceito de agência à análise da mudança no espaço rural, diversas pesquisas que adotam esta perspectiva têm dado importância a como os agricultores, nos mais variados contextos, criativamente dão forma aos padrões de desenvolvimento. Isso implica em que, ainda contando com recursos restritos e limitadas opções, eles não sejam considerados recipientes passivos ou vítimas de iniciativas de planejamento e de intervenção social, econômica e tecnológica. Abre-se com esse pressuposto a possibilidade de considerar como diferentes agricultores ou categorias de agricultores orienta-se por diversos interesses, objetivos, experiências, para desenvolver projetos que, como explicam Long e Ploeg (1989: p. 70), *"são...respostas a outros projetos formulados, por exemplo, por agências estatais ou setores empresariais. O resultado disto é toda uma gama de práticas que se refletem na impressionante heterogeneidade da agricultura"*.

O conhecimento é interpretado pelas formas como as pessoas categorizam, codificam, processam e imputam significado a suas experiências (ARCE e LONG, 1992), valendo tanto para o que usualmente se entende por conhecimento científico quanto leigo, mesmo com diferenças nos procedimentos de validação. Outro aspecto importante é considerar o conhecimento não como uma simples acumulação de fatos, mas também de diversas formas de construir o mundo, sem necessariamente configurar um corpo unificado e integrado. O conhecimento assim emerge como resultado de acomodações às situações de "interface" entre os diferentes mundos dos atores. As situações de interface são definidas como pontos críticos de interseção entre diferentes sistemas, campos ou domínios sociais nos quais tendem a encontrar descontinuidades segundo diferenças de valores, interesses

e mundos-de-vida (LONG, 1992). Isto é, o conhecimento é construído socialmente num encontro de horizontes entre diferentes atores específicos. Diversos elementos se conectam nesse processo por meio do qual os atores absorvem novas informações com base em seus repertórios cognitivos. Exemplos dessas interfaces são as interações entre agências governamentais com projetos de intervenção para o desenvolvimento rural, seus técnicos e os agricultores, durante as quais se estabelecem negociações, adaptações e transferências de significados entre os atores envolvidos. Nas situações de interface, os atores locais podem ter espaço de manobra e capacidade de negociação que abrem espaços não somente de conflito e de confronto entre diferentes tipos de estilos de vida, instituições e diversos interesses econômicos, mas também de pontes que possibilitam diversos graus de acomodação. Isto não significa que sempre as discontinuidades de conhecimentos possam ser superadas por intermédio de negociações. O resultado desses conflitos pode ser o de distanciar os corpos de conhecimento, por exemplo, marcando separações entre o referente aos agricultores e aos técnicos, assim como entre o referente a estes e aos cientistas e planejadores. Nestas diferenciações se constroem "áreas de ignorância", que perpetuam a superioridade do conhecimento dos peritos contra o dos agricultores (GUIVANT, 2002; GUIVANT e MIRANDA, 2004).

Para uma implementação mais eficiente de métodos participativos (que permite o empoderamento das populações locais), temos que considerar que nem nosso conhecimento, enquanto peritos, nem os das comunidades alvos, são produtos estanques, sendo um verdadeiro e o outro falso, ou um é racional e outro, o irracional. O importante nas estratégias participativas seria entender os pressupostos de ambos tipos de conhecimento com vistas a gerar condições satisfatórias de negociação. Tanto devemos questionar os pressupostos sobre o papel de nosso conhecimento científico/técnico quanto os pressupostos assumidos pelas populações alvo (considerando-se, no interior destas, as diferenças sociais e econômicas que possam existir). No quadro 1 podem ser identificadas as diferenças entre as duas formas de entender os métodos participativos de acordo com até aqui apresentado.

Outra condição básica para possibilitar estratégias participativas não populistas é a de que os peritos devem estar preparados para lidar com os problemas que podem vir a enfrentar na sua implementação (desmotivação, hábitos gerados por práticas clientelísticas e paternalistas, conflitos de interesses e de poder entre membros da comunidade local, marginalização das mulheres nos processos decisórios, etc.). As instituições de pesquisa, ensino e extensão deveriam preparar cientistas e extensionistas para lidar com esses desafios, o que demanda uma perspectiva nada ingênua sobre as relações sociais, sobre as relações entre sociedade e natureza e sobre o papel das ciências sociais (quadro 2).

Quadro 1 – Comparação entre as abordagens participativas

	Abordagens populistas	Além das abordagens populistas
Pressupostos	Ideal de que existem objetivos, interesses e poder comuns entre agricultores e comunidades Conhecimento como um conjunto uniforme, sistematizado, local, disponível para ser assimilado e incorporado	Há interesses, objetivos, poderes, e acesso a recursos diversos entre atores e redes Conhecimento configurado por vários planos, fragmentário, difuso, resultado de interações descontínuas entre atores (locais e externos) e redes
Processo	As soluções devem resultar de consensos entre produtores e comunidade A intervenção deve ser administrada, as soluções desenhadas e os resultados planejados com o envolvimento dos produtores	Acomodações, negociações e conflitos entre diferentes grupos de interesse Aprendizagem e planejamento com uma implementação dinâmica e adaptativa dos resultados negociáveis; trabalho colaborativo com diálogo, negociação e empoderamento
Papel do agente externo	Coletor invisível de informações; planejador de intervenções; administrador da implementação e mais recentemente facilitador, mediador, iniciador, catalisador	Facilitador, iniciador, catalisador; ator visível em processo de aprendizagem e ação
Papel do agente interno	Respondente reativo; participante passivo	Pesquisador criativo e analista; participante ativo
Estilo de pesquisa	Positivista	Pós-positivista

Fonte: Pretty (1995).

Quadro 2 - Profissionalismo em transformação na extensão rural

	Profissionalismo tradicional	Novo profissionalismo
Pressupostos sobre a realidade	Realidade singular, tangível.	Realidades múltiplas socialmente construídas.
Método científico	Reducionista, positivista; o mundo complexo se desagrega em variáveis independentes e em relações de causa/efeito; categorias e percepções do pesquisador central.	Método científico capta a complexidade da realidade; categorias e percepções locais importantes.
Estratégias e contexto da pesquisa	Pesquisadores conhecem o que querem; planos de pesquisa predeterminados; experimentos controlados; contexto independente e controlável.	Pesquisadores não sabem resultados da pesquisa; processo de aprendizagem em aberto. Compreensão por meio da interação; contexto da pesquisa fundamental.
Quem estabelece as prioridades?	Profissionais.	Atores locais e profissionais em conjunto.
Relações entre atores no processo	Profissionais controlam e motivam clientes a distância.	Profissionais estimulam diálogo intenso; laços de confiança por meio de análises conjuntas e negociações.
Modos de trabalho	Unidisciplinar.	Multidisciplinar.
Tecnologia ou serviços	Tecnologias ou serviços rejeitados culpados atores locais. Carreiras profissionais distantes de práticas em campo.	Tecnologias ou serviços rejeitados por problemas diversos. Carreiras profissionais sempre envolvem todos os planos da atividade.

Fonte: Pretty (1995).

Um desafio sistemático para a pesquisa, extensão e planejamento agrícola, tanto para governos como para ONGs, é institucionalizar abordagens e estruturas que estimulem a aprendizagem. É cada vez mais reconhecido que as empresas que obtêm sucesso num mundo em permanente transformação e crescente complexidade são aquelas que têm a habilidade de aprender de suas experiências e se adaptar rapidamente. A diferença central entre os setores público e privado é que as empresas privadas fracassam se não aprendem com seus clientes. Instituições que não sejam capazes de aprendizagem não reconhecem as circunstâncias em permanente mudança até que uma crise as atinjam. Mas, se uma organização de pesquisa agrícola falha em prover tecnologias as quais os produtores esperam, ela não fechará.

PARTICIPAÇÃO: UMA NOVA TIRANIA?

O título deste item é de um livro publicado em inglês e editado por Cooke e Kothari (2001). Na introdução os autores mencionam como eles, no seu caráter de agentes na “indústria do desenvolvimento”, encontravam-se, mais do que gostariam, reproduzindo orientações recebidas de cima. Ainda que, no seu caráter também de acadêmicos, realizassem críticas, essas acabavam se baseando em problemas de técnicas. Muitas das idéias que surgiam das experiências e diálogos informais entre eles e seus colegas ficavam perdidos. Mas gradualmente começaram a entender a importância desses comentários informais, que captavam melhor os problemas de implementação dos programas de desenvolvimento nos quais estavam envolvidos. A falta de questionamento mais amplo da propriedade ou não da aplicação de uma abordagem participativa, ainda que pós-populista, levou a Cooke e Kothari a considerar um livro que captasse de forma mais sistemática certo mal-estar que vinham sentindo e sem canais de expressão. Justificam a escolha do conceito de “tirania” porque entendem que apesar de já significativa acumulação de críticas aos métodos participativos, essas parecem não ter afetado, qualitativa ou quantitativamente, a aparentemente inexorável difusão de seu uso acrítico.

Com esse tipo de questionamento, levam as críticas do interior dos métodos pós-populistas, que demandam ajustes de métodos e técnicas, a críticas mais profundas que envolvem uma discussão das limitações políticas, teóricas e conceituais sobre a participação.

Outras vozes somam-se a esse tipo de questionamento, como a do pesquisador inglês Stephen Biggs, da University of East Anglia, no seu artigo “Desenvolvimento participativo de tecnologias: reflexões sobre seu presente e passado” (www.husdyr.kvl.dk/html/php/tune95/2Biggs.htm), no qual apresenta uma série de críticas ao que denomina “nova ortodoxia”. Essa seria ilustrada com a promoção de múltiplas abordagens e ferramentas, como o “Diagnóstico Rural Rápido, Desenvolvimento Participativo de Tecnologias”, e projetos sob diversas siglas. Biggs também questiona a falta de questionamento das hierarquias entre os agentes financiadores ou entre os próprios profissionais. Um dos as-

pectos mais importantes nos resultados de processos participativos seria o da seleção dos membros das equipes e seu poder e influência dentro e fora dessas equipes.

CONCLUSÕES

Por meio desse breve artigo se procurou mostrar um rápido histórico dos debates envolvendo os métodos participativos, desde uma perspectiva que pode ser considerada como mais romântica e voluntarista, passando por uma mais distante de qualquer parentesco com abordagens pós-populistas e que pretende dialogar com correntes contemporâneas da teoria social. Mas os debates não acabam aí, como se pode ver com a referência aos debates sobre certa tirania que envolveria a menção dos métodos participativos, como se tudo devesse ser dessa forma para dar certo. Livros recentes têm se dedicado mais a cuidar de não cair numa discriminação de tais métodos, evitando idealizações e enfrentando-os desafios concretos que emergem fundamentalmente em nível institucional e nas relações de poder entre os diversos agentes envolvidos. Todo este processo é muito bem-vindo para o amadurecimento das práticas dos métodos participativos.

REFERÊNCIAS

- ARCE, Alberto; LONG, Norman. The dynamics of knowledge. Interfaces between bureaucrats and peasants. In: LONG, N.; LONG, A. (Ed.). *Battlefields of knowledge. The interlocking of theory and practice in social research and development*. Londres: Routledge, 1992.
- BEBBINGTON, Anthony. Theory and relevance in indigenous agriculture: knowledge, agency and organization. In: BOOTH, David (Ed.). *Rethinking social development. Theory, research and practice*. Londres: Longman, 1994.
- CHAMBERS, R. *Rural development. Putting the last first*. Essex: Longman House, 1983.
- _____. *Whose reality counts? Putting the first last*. Londres: Intermediate Technology Publications, 1997.
- COOKE, B.; KOTHARI, U. (Ed.). *Participation. The new tyranny?* Londres: Zed Books, 2001.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GUIVANT, J. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. *Cadernos de Ciência e Tecnologia: Embrapa, Brasília*, vol. 14, n. 3, p. 411-448, set./dez. 1997.
- _____. Sustentabilidade e Métodos Participativos: Os Riscos Dos Pressupostos Realistas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 19, p. 72-88, out. 2002.
- GUIVANT, J.; MIRANDA, C. de (Org.). *Desafios para o desenvolvimento sustentável da suinocultura*. Chapecó, SC: Editora Argos/Embrapa, 2004.
- LONG, N. From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development. In: LONG, N.; LONG, A. (Ed.). *Battlefields of knowledge. The interlocking of theory and practice in social research and development*. Londres: Routledge, 1992.
- LONG, N.; PLOEG, J.; VAN DER, D. "Demythologizing planned intervention: an actor perspective". *Sociologia Ruralis*, vol. XXIX, 1989.
- LONG, Norman; VILLAREAL, Madalena. The interweaving of knowledge and power in development interfaces. In: SCOONES, I.; THOMPSON, J. (Ed.). *Beyond farmer first. Rural people's*

knowledge, agricultural research and extension practice. Londres: Intermediate Technology Publications, 1994.

OKALI, Christine; SUMBERG, James; FARRINGTON, John. Farmer participatory research. Rhetoric and reality. Londres: Intermediate Technology Publications, 1994.

PRETTY, J. Regenerating Agriculture. Londres: Earthscan, 1995.

SCOONES, I.; THOMPSON, J. (Ed.). Beyond farmer first. Rural people's knowledge, agricultural research and extension practice. Londres: Intermediate Technology Publications, 1994.